

Processo Seletivo de Monitoria 2025

Disciplina: PRÁTICA JURÍDICA III

SOBRE CONSULTAS:

SOMENTE SERÁ PERMITIDA CONSULTA A LEGISLAÇÃO “SECA” NÃO COMENTADA/INTERPRETADA (CÓDIGOS E VADE MECUNS).

OBSERVAÇÃO:

CASO FAÇA MAIS DE UMA PROVA, POR GENTILEZA, INDICAR NO TOPO DA FOLHA DE PROVA, EM LETRA VISÍVEL, O NOME DA DISCIPLINA QUE CORRESPONDE À PROVA E ÀS RESPOSTAS QUE ESTÃO SENDO REDIGIDAS.

Questão 1. A Delegacia Especializada de Combate às Drogas do Estado A, a partir da informação de um esquema de compra e venda de entorpecentes na localidade X, instaurou inquérito policial, com o intuito de colher indícios de autoria e prova de materialidade dos crimes de tráfico de entorpecentes e associação para o tráfico. A requerimento do delegado responsável pela investigação, o juiz da 9ª Vara Criminal da Capital deferiu a quebra de sigilo de alguns números de telefone, cujas titularidades pertenciam a algumas pessoas investigadas. Através das informações colhidas pela escuta telefônica, os policiais descobriram o endereço Z, em que residia um indivíduo conhecido pelo codinome “Caburé”. Segundo os investigadores, Caburé seria o responsável por transportar entorpecentes do Estado B ao Estado A, como também por fazer a distribuição das drogas entre as localidades no interior do Estado. Diante disso, policiais civis, munidos de mandado de busca e apreensão, se dirigiram ao endereço, vindo a encontrar

Édipo, morador da residência, com certa quantidade de material entorpecente escondido em um fundo falso.

Édipo foi preso em flagrante delito pelos policiais. Na delegacia, o delegado lavrou o auto de prisão em flagrante delito e encaminhou a cópia do mesmo ao juiz competente por prevenção (9ª Vara Criminal da Capital), que, por sua vez, converteu a prisão em flagrante delito em prisão preventiva, fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública ameaçada pela prática de delito grave, a saber o tráfico de drogas, com envolvimento em organização criminosa. Em sua oitiva realizada perante o delegado de polícia, Édipo permaneceu em silêncio e não foi acompanhado por defensor.

Nesse contexto, a família de Édipo contratou a advogada Jocasta para atuar em sua defesa. Imediatamente, Jocasta, mediante apresentação de procuração assinada por Édipo, requereu ao delegado vista do inquérito, o que foi negado, sob a justificativa de sigilo das informações produzidas. Jocasta requereu, ainda, o relaxamento da prisão ao juízo, alegando violação ao direito de Édipo de ser encaminhado pessoalmente à audiência de custódia. Tal petição foi indeferida pelo juiz, sob fundamento de que basta a comunicação judicial da prisão por escrito para garantir os direitos do preso.

Considerando que Jocasta convida você para auxiliá-la na defesa de Édipo, responda aos questionamentos a seguir:

a) O delegado agiu corretamente ao negar o acesso da advogada aos autos do inquérito policial? Justifique sua resposta, de forma completa e fundamentada.

b) Diante da negativa de vista dos autos de inquérito policial à Jocasta, qual ou quais seriam as possibilidades da defesa para ter acesso à investigação preliminar? Justifique sua resposta, de forma completa e fundamentada.

c) A justificativa do juiz foi correta quanto ao indeferimento do pedido de relaxamento de prisão? Justifique e fundamente sua resposta, de forma completa e fundamentada.

d) Tendo em vista a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva, qual a medida legal cabível para restituir a liberdade a Édipo? Justifique a sua resposta, de forma completa e fundamentada.

e) Durante a instrução criminal, Édipo, em seu interrogatório, alegou que não tem o codinome “Caburé”. Narrou, ainda, que estava residindo na casa de Caburé, seu primo, pois tinha acabado de chegar ao Estado à procura de emprego. Acrescentou que, no dia de sua prisão, seu primo havia viajado a trabalho, estando só em casa. Encerrado o interrogatório do réu, o membro do Ministério Público, em alegações finais, fez referência à ausência desse relato no inquérito, questionando sua veracidade, ao alegar que seria ao menos duvidoso um inocente preso injustamente permanecer em silêncio em sede policial. Considerando tal alegação do parquet, qual ou quais argumentos defensivos podem ser apresentados para afastar tal presunção de culpa? Justifique e fundamente a sua resposta, de forma completa e fundamentada.

Questão 2. Tendo em vista as recentes inclusões dos arts. 3º-A a 3º-F no Código de Processo Penal pela Lei 13.964/2019 (conforme julgamento proferido pelo STF nas ADIs 6298, 6299, 6300 e 6305), explique o que é o instituto do “juiz das garantias” e o que ele representa para a proteção dos direitos fundamentais.

Questão 3. Sobre habeas corpus responda:

(a) Qual sua natureza jurídica?

(b) Distinga, sucintamente, habeas corpus liberatório e habeas corpus preventivo.

(c) No caso Lula, tanto a parcialidade do juiz da 13ª Vara Federal de Curitiba, como sua incompetência, foram declaradas em julgamento de habeas corpus. Nesse caso, o habeas corpus assume a natureza de recurso? Justifique.

(d) Ainda no caso Lula, o habeas corpus que declarou a incompetência do juiz da 13ª Vara Federal de Curitiba foi concedido de ofício pelo Ministro Edson Fachin. Existe previsão legal que ampare a concessão de habeas corpus de ofício?